**ANEXO IV**

**Termo de Aceite de Concessão no**

**Sistema de Concessão de Bolsas e Auxílios (SCBA)**

Eu, NOME\_BENEFICIÁRIO, coordenador (a) do projeto intitulado “TITULO\_PROJETO”, aprovado no âmbito do Edital nº 28/2019 – Acordo CAPES/COFEN, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), atesto estar ciente e de acordo com as normas estabelecidas para o recebimento de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa, assumindo em caráter irrevogável os compromissos e obrigações que se seguem:

1. Conhecer a Portaria nº 059, de 14 de maio de 2013, e seus anexos, que disciplina as condições gerais que regem o presente termo;

2. Saber que o documento referido no item 1 é parte integrante do presente Termo;

3. Subscrever e concordar integralmente com o documento referido no item 1 e seus anexos;

4. Saber que os recursos serão liberados pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) em função de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras;

5. Saber que o banco e a agência bancária informados se destinam específica e exclusivamente para gerir os recursos para execução do projeto aprovado;

6. Utilizar os recursos de acordo com o estabelecido no Anexo II - Planilha de Previsão de Gastos – Despesas de Custeio aprovado pela CAPES/COFEN e dentro do prazo de vigência da concessão;

7. Possuir anuência formal da Instituição de Ensino Superior à qual estou vinculado para execução do projeto, mediante o envio do Termo de Concessão de Recursos Financeiros devidamente preenchido e assinado, no prazo estipulado pela CAPES/COFEN;

8. Manter sob sua guarda os documentos originais comprobatórios dos pagamentos efetuados, até 20 (vinte) anos após a aprovação final das contas da Capes pelo Tribunal de Contas da União;

9. Prestar contas por meio do sistema informatizado disponibilizado pela Capes (SIPREC), conforme disciplinado pela Portaria 59/2013;

10. Saber que estou sujeito às normas da CAPES e do COFEN e às condições contidas na legislação correlata que rege a execução de Auxílios e instrumentos congêneres, no que couber;

11. Não ser beneficiário de outro Auxílio da Capes da mesma natureza vigente no mesmo período deste; e

12. Ter ciência de que esta declaração é feita sob pena da incidência dos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro sobre a falsificação de documento público e falsidade ideológica, respectivamente.